



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAxis

ANO VII - Nº 67 - SETEMBRO/OUTUBRO 2012



Páginas 6 e 7



Alexandre Anderson, presidente da Associação Homens do Mar, ameaçado de morte por lutar em defesa da Baía de Guanabara é um dos entrevistados na matéria central

Assistente social em ong A experiência do CDDH



Projeto Cine Memória: apresentação filme Vlado sobre a ditadura militar

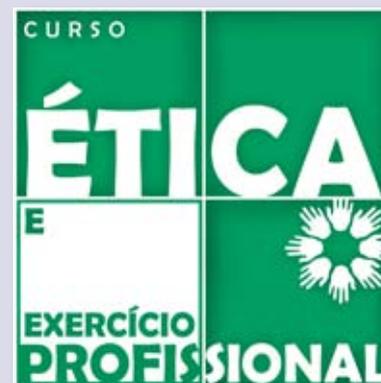
Página 3

Fundação Saúde

**Governo estadual
implanta fundação
privada para gerir
saúde pública**

Página 4

**CRESS-RJ promove
cursos mensais**



Página 10

Editorial

Drogas e direitos humanos

Pensar em drogas costuma trazer imagens como tráfico, armas, mortes, favelas, ruas cheias de gente em condições precárias. São as mesmas imagens produzidas pela mídia.

Elas se associam aos discursos políticos recentes. A “guerra às drogas” é um dos discursos oficiais dos Estados Unidos. Não é mero acaso que eles acusem países que destoam de suas políticas de serem os maiores produtores e exportadores de drogas.

Falar em drogas também nos traz à mente cocaína, maconha, crack e outras. Não nos passa pela cabeça tabaco, álcool, caféina e outras drogas legalizadas. Sequer raciocinamos sobre quantas vezes sofrimento, angústia ou tristeza - sentimentos que todos teremos algum momento da vida - são tratados com medicamentos. Ou seja, com drogas, infinitamente lucrativas para a indústria farmacêutica internacional, que medicaliza a vida.

O resultado são políticas repressivas. Países são atacados em nome da guerra ao tráfico. Casas são invadidas sem qualquer justificativa, em favelas e bairros com pouca infraestrutura, supostamente para busca e apreensão de drogas. Pessoas que abusam do uso de drogas são recolhidas e literalmente depositadas em locais sem a oferta de políticas integrais que lhes possibilitem, se quiserem, superar a dependência em que se encontram.

Associar droga a direitos humanos pode soar estranho à primeira vista. Mas é uma das novidades no debate profissional e dos movimentos sociais sobre drogas. O CRESS-RJ saúda a criação da Frente Nacional e das Frentes Estaduais de Drogas e Direitos Humanos (que ajudou a construir, dedicadamente, aqui no Rio de Janeiro). No mínimo, o debate em torno desta complexa temática da vida contemporânea estará colocado em outro patamar, menos submisso à lógica que mercantiliza a vida e produz milhões de dependentes do lucro de poucos.

A Diretoria

41º Encontro Nacional aconteceu de 6 a 9 de setembro

O 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS, em Palmas/TO, aprovou moção contra o recolhimento compulsório promovido pela Prefeitura do Rio. Os delegados decidiram também que o Conjunto se posicione contra o exame criminológico. Quando demandado a realizar o exame, os assistentes sociais devem limitar-se ao que permitem os princípios éticos e as competências e atribuições profissionais, sem pretensão de prever o futuro.

- **30 horas para funcionários:** A jornada de 30 horas para os funcionários dos conselhos de Serviço Social deverá se implantada em dois anos.
- **42º Encontro Nacional será em Pernambuco:** O CRESS-PE sediará o próximo encontro, em 2013. O CRESS-RJ retirou sua candidatura, lançada no Encontro Descentralizado.
- **Orientação e Fiscalização:** Implementar a Campanha Nacional “Assistentes Sociais Lutam por Concursos Públicos”.
- **Ética e Direitos Humanos:** Garantir debates no Conjunto CFESS/CRESS sobre a concepção crítica de direitos humanos, com produção de materiais de divulgação da posição do Conjunto.
- **Seguridade Social:** Intensificar as ações de cobrança junto aos órgãos gestores, conselhos, entidades sindicais,

FENTAS e parlamento para inserção de assistentes sociais nas Equipes de Saúde da Família, NASF e Atenção Básica de Saúde, por meio de concurso público.

• **Formação Profissional:** Fortalecer os Fóruns de Supervisão, buscando estreitar relações entre os CRESS, ABEPSS, UFAs e as instituições campos de estágio, socializando informações no sentido de garantir visibilidade às ações desenvolvidas.

• **Relações Internacionais:** Estreitar as relações dos trabalhadores sociais das regiões fronteiriças, por meio de articulação com organizações profissionais, conferências, fóruns etc.

• **Comunicação:** O tema para o Dia do Assistente Social de 2013 será: “Serviço Social na luta contra a exploração do trabalho”.

Veja a íntegra das resoluções e moções no site do CFESS.

Estágio é coisa séria

O Fórum Estadual de Supervisão de Estágio (parte da política de estágio da ABEPSS) foi realizado, com apoio do CRESS-RJ e ENESSO, dia 4/10, no Rio de Janeiro.

Os assistentes sociais, docentes e de campo, e alunos presentes deram partida para a criação de fóruns regionais. Os fóruns de supervisão de estágio por regiões facilitarão o diálogo entre as unidades de ensino, profissionais e estudantes.

O folder produzido pelo CRESS-RJ sobre o estágio supervisionado, direcionado aos estudantes de Serviço Social foi lançado durante o fórum e pode ser baixado em: <http://cressrj.org.br/download/arquivos/forumestagio.pdf>

Veja também, no site do CFESS, o cartaz sobre o estágio supervisionado.



Assembleia Geral aprova nova anuidade

Nasua segunda Assembleia Geral Ordinária anual, dia 19/10, o CRESS-RJ prestou contas das muitas atividades que o Conselho realizou em 2012, e das propostas para o ano que vem. Foi aprovada, para o exercício 2013, nova anuidade conforme tabela.

COTA ÚNICA:

ATÉ 10/2	R\$ 318,75
ATÉ 10/3	R\$ 337,50
ATÉ 10/4	R\$ 356,25
ATÉ 10/5	R\$ 375,00
PARCELADO (em seis vezes com início em 10/2)	R\$ 62,50

Nota de pesar do falecimento da assistente social Josy Ramos

O CRESS-RJ lamenta profundamente o falecimento de Josy Ramos, professora do Serviço Social da UVA de Cabo Frio e assistente social da Prefeitura de Búzios. Josy era uma profissional extremamente comprometida, além de muito querida. Muita participativa nas atividades da categoria, como o evento de nucleação, em Cabo Frio, dia 25/10. Josy foi vítima dos crescentes episódios de violência urbana. O CRESS-RJ clama pelo esclarecimento dos fatos e manifesta seu apoio a familiares e amigos.

PRAXIS CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
7ª REGIÃO - Nº 64 - Março/Abril 2012

Presidente: Charles Toniolo de Sousa

Vice-Presidente: Moara Paiva Zanetti

1ª Secretária: Elizabeth Souza de Oliveira

2ª Secretária: Sílvia Dabdab Calache Distler

1ª Tesoureira: Edenilza Silva Cesário

2ª Tesoureira: Eduardo Nascimento de Carvalho

Conselho Fiscal: Telma Pilé Gomes, Leandro Rocha da Silva, Michele Pontes da Costa

Suplentes: Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Lobélia da Silva Faceira, José Rodolfo Santos da Silveira, Hilda Corrêa de Oliveira, Denise Nicácio Pereira, Loraine Rocha Vigo, Jolison Santana Marques Junior, Josélia Ferreira dos Reis, Carlos Felipe Nunes Moreira

Comissão de Comunicação e Cultura: Ana Lucia Vaz, Carlos Felipe Nunes Moreira, Charles Toniolo de Sousa, José Rodolfo Silveira dos Santos, Leandro Rocha da Silva, Moara Paiva Zanetti, Michelle Moraes, Nelma Espindola, Conceição Maria Vaz Robaina, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Célio Albuquerque e Allan Botelho

Seccional Norte e Nordeste Fluminense - Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170

Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliâne Cardoso D'Almeida

Secretária: Rosângela Maria A. Benevides Guimarães

Tesoureira: Júnia de Souza Elias

Suplentes: Thais Tavares Bernardo, Irai Martins Bohrer, Ana Teresa de Sá Santos Cezário

Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003
Pontual Shopping - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Paula de Almeida Pereira

Secretária: Liliâne Rocha Ribeiro

Tesoureira: Larissa Fagundes Costa

Suplentes: Natália Reis de Oliveira, Isabela Carvalho Silva Sobreira, Mitchelly de Barros Silva Santos

Jornalistas Responsáveis: Ana Lucia Vaz (MTB/RJ 18058) e Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751)

Design gráfico e ilustração: Carlos D

Impressão: Gráfica Clip - Tiragem: 13.000 exemplares

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - **e-mail:** comunicacao@cressrj.org.br

Acesse www.cressrj.org.br

Exercício Profissional

Desafios do Serviço Social

Nas organizações de defesa de direitos humanos

No Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH) não há como falar em Serviço Social de maneira isolada. Existe um intenso esforço de realização de um trabalho em equipe interdisciplinar, uma vez que os profissionais compartilham dos mesmos objetivos ético-políticos no cotidiano do trabalho, conforme depoimento de Carla Fernandez, assistente social no CDDH desde 2010.

Até a entrevista para o PRAXIS foi coletiva, que a convite de Carla contou com a presença da psicóloga Cristiana Corsine e do estagiário em Psicologia, Breno Figueiredo. Os três fazem parte da equipe do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), um dos projetos do CDDH. A equipe ainda conta com uma coordenadora, uma advogada, dois estagiários e um técnico de apoio.

Tensões na parceria com o Estado

O CRDH do Rio de Janeiro foi implantado em 2011, financiado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. São vinte centros de referência no país. “Nós participamos da execução da política nacional de direitos humanos, o PNDH-3”, diz Carla. Ela também participa do Conselho Estadual de Assistência Social e da Comissão de Direitos Humanos do GRESS-RJ.

Entre as atividades do CRDH está o que o governo federal nomeou de “força-tarefa”: apurar o andamento das respostas às demandas geradas pela tragédia de 2010 na Região Serrana. Trata-se de uma ação conjunta com a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, que inclui outros centros de referência. “Quando a gente vai a campo, percebe que muito pouco foi feito em relação aos direitos das pessoas. Elas continuam desassistidas ou que o foram muito tardiamente, às vezes um ano depois”, lamenta Carla.

Não basta apurar as violações, é preciso que os direitos sejam garantidos. Por isso, o trabalho do CRDH inclui o atendimento à população, o fortalecimento da organização da sociedade civil e o diálogo e articulação com a rede pública.

Para Cristiana, “o Centro de Referência funciona com um instrumento de controle social das políticas públicas e de articulação da rede. Temos reuniões com o Ministério Público, parcerias com a Secretaria de Assistência Social”, porque não basta fazer a denúncia. “A gente critica, mas também quer propor ação, pensar juntos formas de superar os problemas.”

Como organização não governamental, o CRDH tem um limite de atuação. “Não somos governo. Somos financiados por ele, mas não temos o poder de prestar serviços públicos”, explica Carla, que considera que o ideal



Da esquerda para a direita: Cristina, Carla e Breno

era que fosse possível este trabalho ser realizado pelos órgãos públicos, com servidores que tivessem condições de trabalho mais estáveis do que os trabalhadores em ONGs.

Já Cristiane avalia que “existem vantagens no fato de ser uma ONG de defesa de direitos humanos. Somos pagos para promover projetos que deixem claro que há violações de direitos pelo próprio Estado. Mas a tarefa do CRDH não é só denunciar”, ressalta Cristiana. “A gente denuncia, preocupados com a promoção e educação em direitos humanos, buscando liga entre Estado e sociedade civil.”

A prioridade é a coletividade

O CRDH faz mais de 85 “atendimentos espontâneos” mensais. São atendimentos individualizados a pessoas que, por conhecerem o CDDH, vão pedir apoio. Mas

a prioridade são os atendimentos que são feitos nas comunidades onde o projeto atua. Para Carla, ir a campo, conversar com as pessoas, é importante. “Direitos humanos no balcão não funciona”.

Além de todos os atendimentos serem feitos por pelo menos dois profissionais, o mais importante, para o CRDH, é o acompanhamento. “A gente percebe que, lá na ponta, o atendimento não funcionou como devia. Estamos o tempo todo numa relação tensionada com a rede”, conclui Carla.

Carla explica que a perspectiva para o ano que vem é atender o usuário “de forma mais ampliada e coletiva na própria comunidade. Atendimentos individualizados para resolver questões pontuais, várias instituições fazem. Mas há uma descontinuidade, não só por causa do usuário, mas pelo precário funcionamento da rede.”

A relação é tensa, também, entre movimentos sociais e o Estado. No caso das comunidades atingidas pela tragédia de 2010, por exemplo, “há um movimento de lideranças, principalmente em Nova Friburgo, bem articulado”, diz Carla. O CRDH aposta na parceria com esses movimentos. No momento, está oferecendo um curso de Direito Social e Assessoria Popular, como parte do eixo de educação em direitos humanos, para lideranças comunitárias de toda a Região Serrana.

Sobre o CDDH

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos é uma ONG criada em 1979, em Petrópolis, a partir de ações da educação de base. Entre seus fundadores está o ex-frade franciscano Leonardo Boff.

Organização formada na luta pela democratização do país mantém, segundo seus membros, o caráter militante, combinando ações de denúncia, articulação e atendimento no campo da defesa dos direitos humanos.

Desenvolve três grandes programas de direitos humanos. O programa Cidadania desenvolve ações ligadas a autoestima, alimentação e habitação da população. O programa Arte e Educação, voltado a crianças e adolescentes, mas também ao público adulto, educa para os direitos humanos através de atividades artísticas e lúdicas. Por fim, o programa Direitos inclui assessoria jurídica, justiça comunitária e o Centro de Referência em Direitos Humanos.

Há dois anos, o CDDH pediu o tombamento da Casa da Morte, onde, nos anos 1970, o exército torturou e assassinou presos políticos. Em agosto deste ano, a casa foi desapropriada. O CDDH faz campanha, que inclui abaixo-assinado, para que ele seja transformado no Centro de Memória, Verdade e Justiça de Petrópolis.

Entre no site do CDDH e assine o abaixo-assinado: <http://www.cddh.org.br>



Privatização das políticas sociais

Fundação privada assume saúde pública no estado do Rio

Em setembro, a Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro começou a assumir a gestão da saúde pública no estado. Criada pela lei 6.304, a Fundação já assumiu a direção de vários hospitais do estado e de setores estratégicos de outros.

Em 3 de outubro, o governo estadual publicou o decreto 43.865, que regulamenta a “cessão” de servidores públicos para a Fundação Saúde. Onde a Fundação começou a atuar, trabalhadores estatutários estão sendo pressionados a assinar contrato submetendo-se às diretrizes da Fundação. Como atrativo, o governo oferece um adicional fixo, por categoria. Para assistentes sociais, o adicional é de R\$ 506,64. O valor não é incorporado ao salário, nem vale para cálculo de benefícios. Saindo do regime da Fundação, o servidor perde o adicional.

De acordo com o decreto, em seu artigo 8º, quem não optar pela cessão será encaminhado para o setor de Recursos Humanos para remanejamento. Ficam à disposição para realocação em qualquer outra unidade do estado.

Segundo a assistente social Perciliana Rodrigues, do Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (MUSPE), os sindicatos estão orientando os servidores a não assinarem contrato com a Fundação. “Só a resistência organizada pode evitar a derrota do sistema público de saúde”, diz.

“Tenho ouvido muitas denúncias de assédio”, afirma Daniel Marimbono, representante do CRP-RJ (Conselho Regional de Psicologia) no Conselho Estadual de Saúde.

Os servidores são enquadrados no modelo de gestão da Fundação: “Os servidores cedidos que não cumprirem a carga horária ou não atingirem as metas mínimas de desempenho definidas pelo modelo de gestão do trabalho da Fundação Saúde (...) serão imediatamente devolvidos ao seu órgão de origem.”

O modelo submete o trabalhador a interesses privados, em vez de “priorizar o atendimento público e o acesso da população à saúde”, avalia Kátia Cardoso, presidente do Conselho Regional de Nutricionistas (CRN-4).

“Desrespeito à democracia”

“Esse decreto (43.865) não passou pelo Conselho Estadual de Saúde. Só isso já representa um desrespeito à democracia”, afirma Daniel Marimbono. Por lei, essas medidas deveriam ser analisadas pelo órgão. Na avaliação de Daniel, o governo sabe que o Conselho não poderia aprová-lo, já que ele está obrigado a respeitar as propostas da Conferência Estadual de Saúde, que defende o SUS como sistema público. E o decreto do governador Cabral “vai contra a lógica de efetivação do SUS”, segundo Daniel. “Ele corrói o SUS por dentro.”

O CRP é contra a Fundação porque “é um processo de privatização. A saúde tem que ser pública e estatal. Inclusive porque as experiências que se tem de privatização são horríveis”, explica Daniel.

Para Kátia Cardoso, do CRN, “é um modelo disfarçado de privatização. A rede pública vai seguir os critérios de “produtividade e lucro, em detrimento do serviço público gratuito e universal. É uma armadilha que ameaça conquistas históricas como o Sistema Único de Saúde (SUS).”

“É uma fundação privada, com autonomia financeira”, analisa Maria Inês Bravo, assistente social e professora de Serviço Social da UERJ, membro da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. “Pode, inclusive, fazer contrato com planos de saúde e colocar dinheiro na bolsa de valores”, alerta.

Para Maria Inês, a Fundação Saúde, assim como as

Organizações Sociais e a EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) “privatizam as políticas públicas”. A função delas é abrir o setor público para o setor privado.

Mônica Olivar, membro do Fórum de Saúde e da Comissão de Saúde do CRESS-RJ, explica que, no começo, alegava-se que a contratação através das fundações reduziria a precarização dos contratos de trabalho. “O argumento é que iria substituir o pessoal terceirizado por pessoal celetista, contratado por seleção pública.” Mas, em vez, “os trabalhadores estatutários é que estão sendo substituídos pelo pessoal contratado pela Fundação em regime celetista”, denuncia. Mônica concorda: os estatutários não deveriam assinar o contrato de cessão com a Fundação. Daniel, do CRP, acrescenta que o pessoal terceirizado está sendo incorporado pela Fundação Saúde sem nenhum tipo de seleção.



Entenda a história da Fundação Saúde

A lei de criação das fundações de saúde é de 2007. Na época, foram criadas três fundações: uma para os hospitais especializados, uma para os gerais e outra para os de emergência.

Para que a Fundação exista de fato precisa de patrimônio, pessoal, estatuto próprio etc. Há cerca de dois anos foi realizada uma primeira seleção pública para constituir o quadro das fundações, em regime celetista.

A Fundação Saúde foi criada pela lei 6.304 substituir três fundações anteriores: “Fundação Estatal dos Hospitais de Urgência”, “Fundação Estatal dos Institutos de Saúde” e “Fundação Estatal dos Hospitais Gerais”. O patrimônio e os funcionários contratados por essas fundações, através de seleção pública, em regime celetista, compõem, agora, a Fundação Saúde. Com o decreto de outubro, o governo regulamenta a atuação desta nova Fundação, viabilizando seu controle sobre o sistema.

“Em alguns hospitais, a Fundação chegou para assumir a administração completa da instituição. Em outros, apenas alguns setores”, explica Perciliana Rodrigues. “Parece esses filmes americanos em que as coisas vão piorando, piorando, você fica agoniado... parece que não tem fim!”, resume Daniel.

O conselheiro Leandro Rocha, coordenador da Comissão de Saúde do CRESS-RJ, afirma que “apenas com a resistência e a luta coletiva dos assistentes sociais com os demais profissionais de saúde, e outras entidades de defesa da saúde pública, pode acumular forças para alterar esse quadro. Vários atos e mobilizações têm ocorrido, e muitos assistentes sociais têm participado ativamente desses movimentos”. E conclui: “A intensa participação nos espaços sindicais e em outros espaços de luta contra a privatização da saúde é tarefa fundamental para a nossa categoria”.

Orientação e Fiscalização Profissional

O papel dos conselhos e o papel dos sindicatos

A COFI é procurada, muitas vezes, por assistentes sociais que apresentam ao CRESS demandas do cotidiano de trabalho que deveriam ser tratadas por entidades sindicais. Buscam orientações ou mesmo cobram do CRESS ações em relação a essas demandas.

Para esclarecer algumas dessas dúvidas e confusões, o Praxis conversou com a vice-presidente do CRESS-RJ, Moara Zanetti, e com a agente fiscal Nízia Vieira, ambas da COFI.

✕ Qual a diferença entre um conselho profissional e um sindicato?

Muitas. A principal é que um conselho profissional é uma autarquia federal, responsável por defender o exercício profissional, orientá-lo e fiscalizá-lo. Seu objetivo é garantir a qualidade dos serviços prestados à população, com base na ética profissional e nas competências e atribuições privativas, orientando-se pelos princípios ético-políticos construídos pela profissão. Somos uma profissão regulamentada e, por isso, todo profissional deve necessariamente obter o seu registro para exercer a profissão.

As entidades sindicais têm o papel de defender interesses dos trabalhadores. São reconhecidas e legitimadas para a luta contra a precarização, por melhores condições de trabalho, por pisos, reajustes e aumentos salariais, por abertura de concursos públicos e mobilização para convocação dos aprovados, por planos de carreiras, por redução de jornada sem redução salarial, pelo pagamento de horas-extras, contra “assédios” no trabalho (perseguições, demissões sem justa causa, ameaças diversas), dentre tantas outras questões relativas à condição de trabalhador. Portanto, é fundamental que todo trabalhador seja sindicalizado, mas isso não é obrigatório.

✕ Mas, para defender um exercício profissional de qualidade não é necessário lutar também por essas condições de trabalho?

Sim. E por isso o Conjunto CFESS/CRESS amplia sua atuação para além das funções cartoriais e disciplinadoras que, em princípio, legitimam socialmente sua existência.

Mas se as condições de trabalho e as questões salariais têm impactos no exercício profissional de assistentes sociais, suas causas e consequências extrapolam a categoria profissional. Essas questões atingem outros profissionais da instituição e a classe trabalhadora de forma geral. Portanto, sua resolução não se encontra no âmbito da COFI, do CRESS ou em qualquer espaço no interior do Serviço Social.

Nesse sentido, os sindicatos têm um papel fundamental a cumprir e o CRESS, além de não poder, não seria capaz de substituir essas entidades.

Exemplo disso é a conquista da Lei das 30 horas. Ainda que o Conjunto CFESS/CRESS tenha sido protagonista nessa luta, a mobilização da categoria junto aos seus sindicatos é condição para sua implementação e sustentação. Por isso, o CRESS-RJ criou, no último dia 30 de maio, um comitê de entidades sindicais para fortalecer a luta pela efetivação desta conquista e ampliá-la às demais categorias.

✕ O que o CRESS faz quando é procurado por assistentes sociais que apresentam demandas que dizem respeito a sua condição de trabalhador?

Quando a demanda diz respeito às condições de trabalho temos a Resolução CFESS 493/06 que trata das condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. A COFI acolhe a denúncia e toma providências cabíveis. Ao mesmo tempo, orienta a

procura de uma entidade sindical, sem prejuízo dos demais encaminhamentos ao profissional.

✕ E quando o profissional não é sindicalizado?

A COFI orienta que o profissional se sindicalize e provoque o seu sindicato para defendê-lo. Se a entidade sindical não receber as demandas específicas de assistentes sociais, como o sindicato vai se mobilizar para lutar por esses profissionais?

✕ Qual sindicato deve ser procurado?

A luta dos trabalhadores, quando feita em conjunto, tende a se fortalecer e obter maiores conquistas. Assim, o CRESS orienta, como primeira opção, a procura por um sindicato geral ou por ramo, somando as lutas de assistentes sociais às dos demais trabalhadores.

O CRESS está fazendo levantamento das entidades sindicais existentes, para identificar, quando provocado por profissionais, qual deles tem poder de representação no seu local de trabalho. Um deles é o SINDSPREV. Sindicato da Seguridade Social, abrange as áreas da saúde, previdência e assistência social, no âmbito municipal, estadual ou federal.

Contudo, o principal critério sobre a entidade ao qual o profissional se sindicalizará, é a escolha política do profissional. É importante que o assistente social viva a experiência da luta sindical. Para isso, precisa se reconhecer como trabalhador, e construir estratégias coletivas de enfrentamento das relações desiguais próprias do mundo do trabalho.

CRESS-RJ sedia Seminário Nacional Serviço Social e Organização Sindical

Após realizar dois seminários estaduais sobre Organização Sindical dos Assistentes Sociais, culminando na publicação da Revista *Em Foco* nº 7 (à venda na sede do Conselho), o CRESS-RJ, juntamente com o CFESS, realizou evento nacional sobre o tema nos dias 30 e 31/10, na cidade do Rio de Janeiro. Cerca de 300 pessoas de todo o país estiveram presentes, além de mais de 1800 acessos à transmissão online, no site do CFESS.

O objetivo do encontro foi identificar e debater os principais desafios para a organização de assistentes sociais diante das contradições e polêmicas postas no cenário contemporâneo para as lutas da classe trabalhadora e as demandas da categoria.

Durante o encontro foi anunciada a campanha do conjunto CFESS/CRESS “Concursos públicos para assistentes sociais”. O momento para o lançamento desta campanha não poderia ser mais propício. A luta por concursos públicos é uma luta de todos os trabalhadores. Portanto, uma bandeira que deve ser pauta das entidades sindicais. O material da campanha pode ser acessado no site do CFESS (www.cfess.org.br).

“Avançamos na discussão, continuaremos avançando, mas é necessário ir além! É preciso que a categoria se filie e participe de seus sindicatos que, ainda que com todas as contradições e disputas, continua sendo um dos instrumentos de luta mais privilegiados da classe trabalhadora”, disse a vice-presidente do CRESS-RJ na mesa de encerramento do encontro.

A cobertura completa do evento pode ser vista nos sites do CFESS e do CRESS-RJ. ■



Especulação imobiliária

As leis garantem direitos

Alexandre Anderson sobreviveu a seis tentativas de assassinato. Hoje vive com escolta armada 24 horas por dia. Foi escoltado que ele compareceu na sede do CRESS para realizar a entrevista para o Praxis. Presidente da Associação Homens do Mar (Ahomar), com mais de 3 mil pescadores artesanais da Baía de Guanabara associados, Alexandre Alexandre não é policial e nem é procurado pela polícia. Apenas um pescador que, com seu grupo, luta em defesa do “espelho d’água” da Baía, o território dos pescadores, segundo ele.

Três pescadores foram assassinados. Em 2009, depois que Paulo César dos Santos Sousa foi espancado e morto diante da família, Alexandre e sua esposa, Deize Meneses, entraram no Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos ligado à Presidência da República.

Apesar disso, a Delegacia de Polícia da praia de Mauá, em Magé, onde funciona a Ahomar, foi desativada em 2012. Em junho, Almir Nogueira de Amorim e João Luiz Telles Penetra (Pituca) foram assassinados enquanto pescavam.

Desenvolvimento industrial x qualidade de vida

Em 2000, um grande vazamento de petróleo da Petrobras afetou a pesca artesanal. Até hoje, muitos pescadores esperam a indenização pela perda de produção. Para piorar, grandes obras de ampliação da indústria petrolífera seguem castigando a região. Entre elas, a construção de dutos, exatamente na área mais profunda da Baía, onde chegam as espécies de peixes migratórios. Ao longo dos dutos, foi criada uma área de proibição da pesca de 10 km de largura.

Um estudo realizado por pesquisadora da UFRJ, junto com a Ahomar, mostrou que, de 2000 a 2010, a área usada pelos pescadores caiu de 78% da Baía, para 12%.

Além de lutar contra a destruição da vida na Baía e defender o direito dos pescadores a indenização, a Ahomar atende aos pescadores em várias outras questões. Entre elas, segundo Alexandre, “fizemos mutirão para garantir o auxílio-maternidade para as mulheres de pescadores”. Perguntado sobre a articulação com o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) local, o pescador foi evasivo. “Tenho muito respeito pelas assistentes sociais. Mas tem uma blindagem”... reflete, sem concluir a frase.

Os Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos industriais da Baía identificam a presença de atividade pesqueira. “Mas não falam nos pescadores. Somos invisíveis! Eles identificam a atividade, mas não os seres humanos”, critica Alexandre, que apresenta mais uma reivindicação: “Quero,

Luta pela moradia

que a ação do Estado ignora

um dia, se tiver tempo e vida, tentar, junto com os companheiros, obrigar todo estudo de impacto ambiental a colocar o pescador presente, apontado no estudo, não como do meio antrópico, mas da fauna. O pescador artesanal se iguala à fauna.”

Porto Maravilha: solo útil é solo que se vende

“Uma nova cidade está nascendo”, diz a propaganda que cobre os tapumes de obra na região portuária do Rio de Janeiro. Segundo a assistente social Caroline Rodrigues, membro da Secretaria do Fórum Comunitário do Porto, “a Prefeitura diz que: a área está em desuso, e vamos dar um uso.” Apesar de dados da própria Prefeitura mostrarem que a região tem 22 mil habitantes. Além dos habitantes, há dezenas de espaços culturais não comerciais ameaçados de remoção pelo projeto.

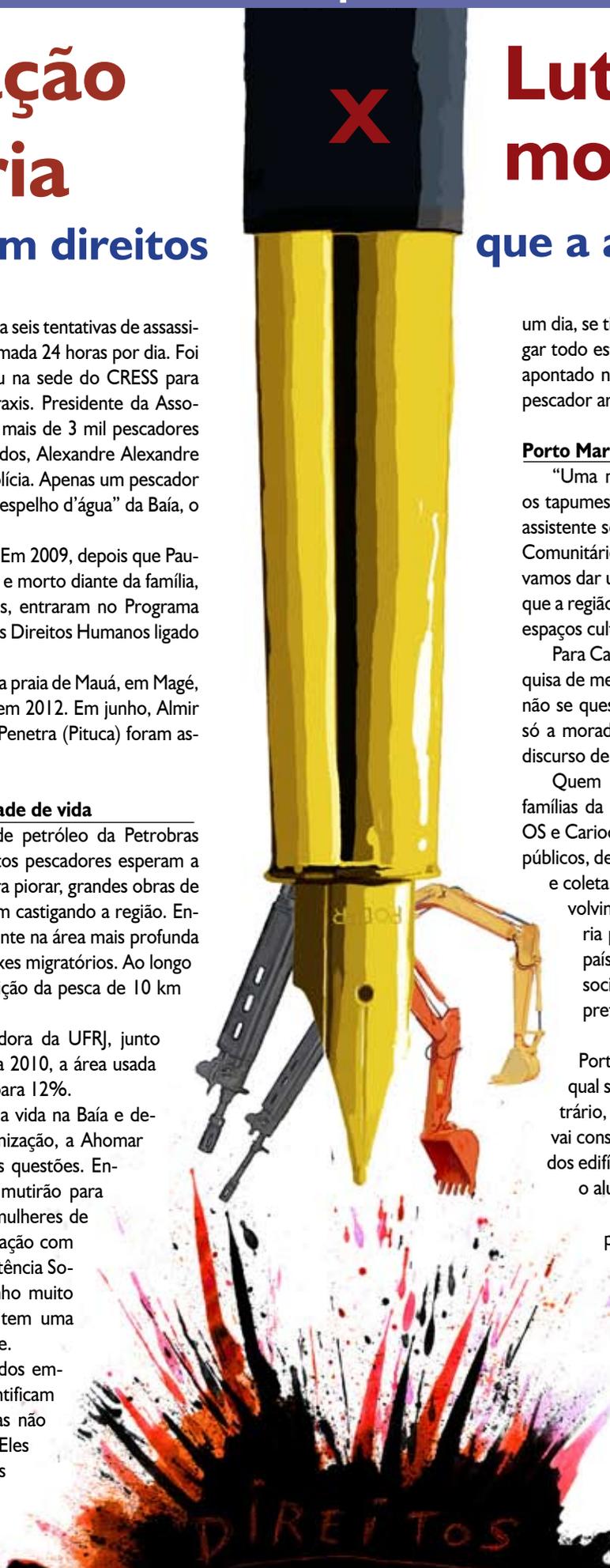
Para Caroline, que se envolveu com a região em função de sua pesquisa de mestrado, o objetivo é “colocar a terra para uso do mercado, não se questiona sua função social”. O empreendimento ameaça não só a moradia, mas também a história cultural da cidade, “apesar do discurso de preservação”, diz Caroline.

Quem administra o megaempreendimento que tem removido famílias da região é a Porto Novo, consórcio que reúne Odebrecht, OS e Carioca. A empresa também é responsável por todos os serviços públicos, de promoção de “habitações de interesse social” a iluminação e coleta de lixo. Quem fiscaliza é a CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto do Rio de Janeiro), a maior parceria público/privado, em volume de investimentos públicos, do país. Há um conselho que, conforme a lei, garante o controle social. Mas o representante da sociedade civil foi indicado pelo prefeito.

A Prefeitura prevê que 832 famílias, em toda a região do Porto, terão suas casas demolidas. Não há nenhuma garantia de qual será o destino dessas famílias. O destino do terreno, ao contrário, já se anuncia: a própria Odebrecht incorporou terrenos e vai construir quatro grandes espigões na Av. Rodrigues Alves. Num dos edifícios, que será comercial, já é possível comprar ou contratar o aluguel de uma sala.

O Fórum Comunitário do Porto, formado inicialmente por pesquisadores e militantes no gabinete do vereador Eliomar Coelho, acabou indo funcionar dentro da Providência. “As casas começaram a ser marcadas, sem que se desse nenhuma informação aos moradores”, conta Carolina. O Fórum tornou-se um espaço de resistência para os moradores da Providência. Mas falta articulação entre os diversos grupos ameaçados pelas obras do Porto Maravilha.

As remoções e as obras, alterando profundamente a paisagem do local, já começaram. Nenhum trabalho técnico-social foi feito antes. Segundo a pesquisadora, “não houve, não está havendo e dificilmente haverá.”



“O que há é a UPP Social. Nela há equipe de Serviço Social, com os limites impostos por estar ligada às Secretarias de Segurança Pública e de Direitos Humanos, ao mesmo tempo. O trabalho que assistentes sociais estão fazendo é mobilizar os atores impactados por essas mudanças e colocá-los em diálogo,” analisa Caroline.

Mas na hora de demolir a praça no alto do Morro da Providência, a UPP colocou policiais fortemente armados para impedir a resistência popular.

Expropriação de terras:

Dos interesses coloniais à bolsa de valores

A expulsão de comunidades tradicionais de seus territórios faz parte da história do Brasil, desde a colonização. Mas, até 1850, ainda reconhecia-se o direito de posse sobre a terra onde se vivia. Com o cercamento das terras, a partir do Estatuto da Terra, a posse se subordinou à propriedade. “O mercado torna-se o mediador e, dali em diante, ocupar terra depende de renda, porque é preciso comprar”, explica a assistente social e professora da UERJ, Isabel Cardoso. Esta ainda era uma relação mercantil com o território.

Para Isabel, o desenvolvimento capitalista nas sociedades latino-americanas traz “um componente muito forte de expropriação”, na raiz da nossa formação social. As remoções de favelas existem há muito tempo. “As populações eram removidas por higienismo social, mas também para subordinar a terra à valorização do capital imobiliário”, analisa Isabel.

Para a professora, que também é membro da Comissão de Direito à Cidade do CRESS-RJ, “a diferença, hoje, é que neste capital imobiliário está o mercado financeiro”. Fundos de pensão, fundos públicos como o FGTS – que investiu 4 bilhões na compra de certificados de potencial de construção, na zona portuária do Rio, demonstram os interesses em jogo.

Na lógica financeira, o investimento tem que gerar muito lucro. “Se aplico recursos desses fundos onerosos em operações urbanas, o dinheiro tem que reverter em juros, dividendos”, detalha Isabel. A consequência prática é que “vivemos, hoje, um momento de maior violência nas formas de expropriação da terra”.

A histórica luta dos índios pelo direito à terra

Em outubro, uma carta da etnia indígena guarani-kaiowá revelou ao Brasil e ao mundo a violência que vem sofrendo na tentativa de demarcação de suas terras, no Mato Grosso de Sul. Vigidos por pistoleiros e fazendeiros locais, a justiça local decretou seu despejo. Na carta, 170 mortes e constantes práticas de violência contra os índios foram denunciadas. Os índices de homicídio são maiores que em zonas iraquianas de guerra, além do número de suicídios serem dos mais altos do mundo. Sofrem com desnutrição infantil e alcoolismo. Mulheres indígenas têm sido estupradas, lideranças, assassinadas. Diversas entidades de defesa de direitos humanos se somaram à luta em defesa do território indígena, dentre elas o conjunto CFESS/CRESS.



Justiça ambiental:

“O solo é só um aspecto do espaço”

O conceito de território não se limita à dimensão física e geográfica, ele inclui relações que se estabelecem neste espaço, que constroem seus sentidos.

Os pescadores da Ahomar, segundo Isabel, “demandam uma legislação que regule o espaço dos mares, das lagoas, no sentido desse uso”. Para as populações tradicionais, como os pescadores artesanais, os quilombolas etc., o que define a relação com o espaço são as formas de uso.

A Petrobras se apropriou do território da Baía de Guanabara, degradando e ocupando. “O que os pescadores colocam é que existe um uso e uma forma de ocupação deste espaço que é diferente do que a empresa Petrobras estabelece”, analisa Isabel. Para ela, é a mesma discussão que os quilombos apresentam.

A luta das populações tradicionais, segundo Isabel, “coloca o conflito num lugar extremamente importante: é a reivindicação de que as formas de uso e ocupação prevaleçam às formas de troca.” O que essas populações valorizam é “a história e a memória do lugar, que passa pela vida cotidiana, pela formação do sentido de pertencimento.” De certa forma, a favela e, em especial a região do porto (patrimônio cultural da cidade), enfrentam a mesma questão.

“Como falar em história, em memória, numa sociedade em que as relações sociais precisam ser efêmeras, como as mercadorias?”, reflete Isabel. “Isso estabelece outra relação entre natureza e sociedade. Não é à toa que as populações tradicionais trazem um discurso ambi-

ental forte. De justiça ambiental. A preocupação não é só se estão perdendo os peixes. O que eles colocam é: por que os riscos ambientais se territorializam sempre sobre populações mais vulneráveis? Por que a injustiça ambiental tem esse recorte de classe?”

O desafio do assistente social

“Nós avançamos muito em legislação que proteja, inclusive, essas formas de uso e ocupação. O que não nos falta são leis. O embaraço de todas essas cenas é mostrar o limite estrutural da democracia nesse estágio da sociedade capitalista.”

De acordo com a lei, todo projeto urbanístico tem que avaliar e minimizar os impactos sociais. Por isso, é obrigatória a presença de assistente social na elaboração do projeto. Na prática, porém, um escritório de arquitetura elabora o projeto.

“O que define o trabalho social, pela normativa nº 8/2009 do Ministério das Cidades, extrapola em muito a autonomia de um assistente social”, critica Isabel. “A normativa afirma como deve ser o trabalho social, mas não trabalha com a dinâmica real da vida, marcada por esses conflitos.”

Os projetos urbanísticos empurram os pobres para as periferias cada vez mais distantes, onde o terreno tem menor valor de troca. São espaços pobres de investimento do Estado em infraestrutura urbana. Mas não se faz estudo sobre as condições de moradia do local. O trabalho social, então, que deveria intervir no planejamento, propondo soluções que mantivessem as pessoas em áreas de densidade urbana, fica “reduzido a esse lugar subordinado de administrar o conflito dos péssimos projetos físicos, da produção de moradia desigual, que reproduz padrões de segregação urbana”. Os problemas criados são muitos. Isabel exemplifica: “Como a moradia não foi bem elaborada, o assistente social tem que se preocupar com geração de trabalho e renda e outros aspectos sociais, dependendo da instituição onde atua.”

Mas, segundo Isabel, o Serviço Social já acumulou conhecimento crítico a este lugar de “fazer a gestão da pobreza”. As condições de trabalho impõem limites significativos à atuação do assistente social. No entanto, embora precise reconhecê-los, para não cair no erro do voluntarismo, também não é preciso subordinar-se “de forma acrítica, a uma divisão técnica do trabalho, onde se separa o projeto físico e geográfico do projeto social”. Para Isabel, “é tarefa de assistentes sociais, atuando nas diversas políticas sociais, qualificar este campo de disputas de concepções de território”.

“Nossa luta está destinada à vitória. Talvez não a ideal. Mas vamos ter um final digno para essa comunidade que viveu tantos anos em harmonia com a natureza.”



Alexandre Anderson



Seccionais

CAMPOS DOS GOYTACAZES

Seminário propõe criação do Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS

O III Seminário do SUAS, promovido nos dias 9 e 10 de outubro pela Seccional de Campos, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia – Subseção de Campos dos Goytacazes –, contou com a participação de 98 assistentes sociais e 15 estudantes da região. O tema do Seminário foi a “Interdisciplinaridade, Gestão do Trabalho e Protagonismo dos Trabalhadores e Usuários do SUAS na Região”.

O objetivo de propor a criação do Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS é contribuir para a organização política dos trabalhadores da área.

A implantação do Porto Açu e suas consequências para a população foi um dos principais focos dos relatos de experiências. Famílias, que fazem da terra o recurso de sobrevivência e participam da construção de um modo de vida no território e na história da produção agrícola da região Norte Fluminense, estão sendo desapropriadas em função das obras.

A assistente social Ana Maria Almeida, da Universidade Federal Fluminense, que desenvolve projeto de extensão no campo, apresentou vídeo com depoimento das famílias. Diante do relato, foi aprovada moção em repúdio às práticas do desenvolvimento do capital local.

A participação de Ivanete Boschetti, ex-presidente do CFESS e professora da Universidade de Brasília, nas mesas temáticas foi de grande importância e fundamentou um momento de construção de muitas mediações que contribuíram para a reflexão dos temas debatidos. O Seminário contou ainda com a participação de Débora Akerman, representante do Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS. As palestrantes contribuíram para a reflexão sobre as distintas dimensões do debate e para protagonismo dos trabalhadores na área.

Parceria contínua

A parceria da seccional de Campos com o Conselho Regional de Psicologia - Subseção segue suas ações e vem se desdobrando em iniciativas pioneiras na região, como as oficinas com assistentes sociais e psicólogos, com caráter de orientação do exercício das profissões para o trabalho interdisciplinar. Esta ação conjunta tem favorecido a organização política das categorias no âmbito dos processos de trabalho.

Municípios que participaram do III Seminário SUAS

Campos dos Goytacazes	Macaé
São Fidélis	Cardoso Moreira
São João da Barra	Carapebbus
Casimiro de Abreu	São Francisco
Itaperuna	



SUAS: Mais de cem pessoas participaram da terceira edição do seminário na região

VOLTA REDONDA

Fiscalização na área

Ao longo dos últimos anos, graças ao SUAS e outras políticas, a região de Volta Redonda vem registrando aumento substancial de assistentes sociais em atuação. Não há um número oficial, mas estima-se que pelo menos 500 profissionais atuem em Volta Redonda e nos 22 municípios da região da Seccional. E o que já era uma reivindicação dos profissionais, desde que a Seccional foi criada, transformou-se em urgência: a presença de um trabalho da COFI (Comissão de Orientação e Fiscalização) na região.

Há cerca de onze anos surgiu na região o primeiro

curso de Serviço Social. Hoje são dois cursos presenciais, além de profissionais formados pelo ensino à distância. Ou seja, a quantidade de estudantes e de profissionais vem crescendo de forma substancial.

A maior parte dos profissionais está hoje atuando na assistência social, mas não só nela. O SUAS e o aumento do número de CRAS só fizeram o sinal de alerta soar mais alto. A demanda por fiscalização e as denúncias formais e informais sobre desrespeito ao exercício profissional vêm crescendo. Isto amplia a necessidade de maior presença do CRESS-RJ na região, o que inclui a atuação de um agente fiscal.

Essa profissional está chegando. Kátia Custódio, recém-contratada pelo Conselho, é a profissional que irá atuar na área da Seccional Volta Redonda. No primeiro momento, ela estará na região por dois dias, a cada quinze dias. Um atendendo pessoalmente ou por telefone e outro em visitas aos locais de trabalho e de estágio.

Até o início de 2013 haverá um calendário fechado das datas de atendimento na região. Por enquanto, as pessoas interessadas em ter orientações ou encaminhar denúncias devem mandar e-mail para cressvr@oi.com.br.

Direitos da Criança e do Adolescente

A escola a serviço do Estado penal

“**H**avendo a prática de ato infracional por aluno dentro das escolas, deverá ser realizado registro de ocorrência junto à Delegacia de Polícia a qual, posteriormente, encaminhará o caso ao Ministério Público, onde será realizada oitiva informal do adolescente.” A frase faz parte do Termo de Parceria entre a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ) e o Ministério Público (MP) no dia 18 de abril deste ano.

Para Elizabeth Oliveira, assistente social da SME/RJ e conselheira do CRESS/RJ, muitas escolas lembram presídios. “Nas escolas estaduais tem polícia militar; nas municipais, segurança particular.” Principalmente nas áreas que são consideradas “conflagradas”, onde há conflito armado. Nessas escolas, seriam desenvolvidos projetos especiais, incluindo seguranças particulares. Mas, se fosse para proteger os estudantes, policiais e seguranças ficariam do lado de fora da escola. Não em pátios e corredores, onde deveria haver inspetores educadores concursados e qualificados para o processo educativo.

Exclusão escolar

Ao mesmo tempo em que se estabelece a meta de universalização do acesso à educação, seu perfil excludente se aprofunda. “Temos uma política de educação conservadora e hierárquica. A escola não pensa o projeto político-pedagógico em função das especificidades dos alunos e da realidade social”, diz Elizabeth.

Para a conselheira Sílvia Dabdab, representante do CRESS no Fórum Estadual da Criança e do Adolescente, a escola reproduz a sociedade. “Hoje, o que a gente vê é a criminalização das expressões da ‘questão social’, pela repressão e encarceramento. E essa política repressiva é voltada às camadas mais pobres, público majoritário das escolas públicas”.

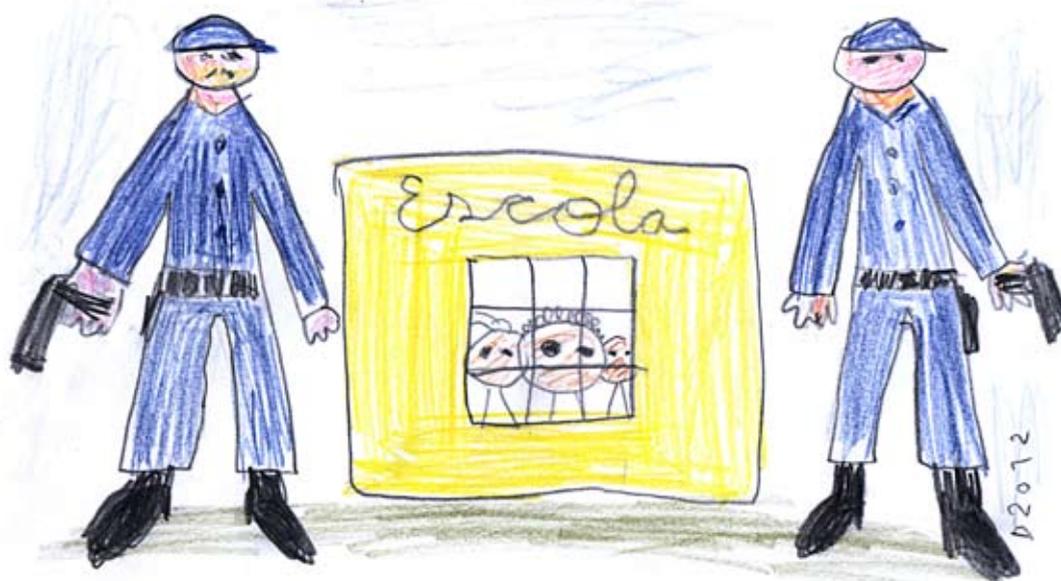
De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os pais ou responsáveis devem conhecer o processo pedagógico e participar da definição das propostas educacionais.

Mas as escolas não incentivam a participação. Os responsáveis são convocados apenas para assinar documentos necessários à burocracia escolar, como distribuição de uniformes, verba escolar, merenda etc. “Não se quer os pais participando de fato”, explica Elizabeth.

Os professores também vêm sendo excluídos da elaboração do projeto pedagógico. Sobrecarregados de aulas, com salas lotadas, cursos de reciclagem telepresenciais, ainda precisam trabalhar com um material didático pronto, produzido, muitas vezes, por instituições privadas.

Parceria militarização-privatização

Em certas escolas, entram em cena as fundações,



como a Roberto Marinho, para oferecer oficinas de lazer e cultura. “São mais de 3 mil projetos privados!”, informa Elizabeth. Seguranças são contratados por empresas privadas. Funcionários de apoio, como merendeiras, vão sendo substituídos por terceirizados.

A educação torna-se balcão de negócios lucrativos. O que importa é a elevação dos “índices de aprovação”, metas abstratas que não garantem qualidade. Neste contexto, alunos semi-analfabetos terminando o ensino fundamental não serão raros.

A privatização do espaço escolar reduz a possibilidade de gestão participativa do ensino. O que é privado, não é público. Quanto menos democracia, mais necessária a polícia, como recurso de manutenção da ordem.

E o Serviço Social com isso?

“Conflitos ocorrem? Que se investiguem as causas. Com profissionais, alunos e familiares dialogando e refletindo autônoma e coletivamente, propondo alternativas políticas que não sejam culpar alunos e famílias”, defende Sílvia.

O assistente social tem papel importante, no sentido de aproximar responsáveis do espaço escolar. Não pelo caminho perverso que o Estado propõe.

Para receber os repasses do Bolsa Família ou Família

Carioca, a família deve ter todos os filhos crianças ou adolescentes matriculados e assíduos. Também deve participar de uma reunião semestral na escola. Além de expressar uma percepção restrita do trabalho do assistente social na educação (ao reduzi-lo às condicionalidades dos programas de transferência de renda), isto garante a presença obrigatória e esporádica de alguns pais na escola, muito distante da proposta participativa.

O assistente social pode e deve construir estratégias de participação cotidiana de todas as famílias e alunos, que contribuam para transformar a escola em espaço de convivência democrática e de vivência política. Também deve contribuir para que a população atendida perceba-se como detentora de direitos e para que a instituição se comprometa com sua garantia.

O assistente social também pode disputar essa concepção punitiva da educação. Questionar, em vez de acolher a criminalização de alunos, familiares e comunidade, já é um imenso passo nessa direção. Deve também, em seus pareceres, imprimir conteúdos mais críticos às situações de conflito existentes no espaço escolar.

É possível uma escola em que profissionais, alunos e responsáveis discutam a escola de forma democrática, resultando em participação crítica, contrapondo-se à formação despolitizada e servil ao mercado de trabalho.

Tasso da Silveira: a desculpa que faltava



Em 7 de abril de 2011, Wellington Menezes de Oliveira entrou na **Escola Tasso da Silveira**, em Realengo, onde havia estudado, e disparou contra alunos, matando 12 adolescentes e, depois, a si próprio. A tragédia mobilizou a sociedade e fortaleceu discursos a favor da militarização da educação pública, inclusive entre profissionais da área.

No dia 25 de abril, a primeira “resposta” ao sentimento de insegurança nas escolas partiu da Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ): a resolução 1.128 delimitou o horário de entrada de não-alunos nas escolas municipais de 7h30 às 9h e de 16h às 17h30, restringindo a presença da comunidade, inclusive dos familiares dos alunos. O episódio serviu de argumento a favor da entrada de seguranças nas escolas e fomentou a cultura do medo, apesar de a própria Secretaria reconhecer que nenhuma medida poderia ter evitado o massacre.

Ética e exercício profissional

Curso contribui para a qualificação do Serviço Social



Desde setembro de 2012, o Conselho tem realizado, todo mês, o curso “Ética e exercício profissional”. Coordenado pela Comissão Ampliada de Ética e pela Comissão de Direitos Humanos do CRESS-RJ, sua proposta é qualificar a atuação profissional, difundido a compreensão e domínio dos valores ético-políticos da profissão.

São dois dias de curso (16 horas de aula) dedicados ao aprofundamento de conceitos de ética e de direitos humanos. Desde uma abordagem mais conceitual e histórica até sua aplicabilidade concreta, no dia a dia do exercício profissional.

Valorizar nosso projeto ético-político

Entre os princípios éticos do Serviço Social está o “compromisso com a qualidade do serviço prestado à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Se é compromisso profissional aprimorar-se, o Conselho contribui para isso. Principalmente no sentido dos valores que guiam o Conjunto CFESS/CRESS.

O curso “Ética e exercício profissional” foi inspirado numa iniciativa mais antiga, que também começou no Rio de Janeiro e tornou-se política nacional: o curso “Ética em Movimento”, do CFESS. Realizado uma vez por ano, o curso exige grande dedicação de seus participantes, durante uma semana. Todos os CRESS estão comprometidos com a reprodução desses cursos em seu estado, pelo menos uma vez por ano.

No entanto, sabemos que boa parte da categoria não dispõe de tempo para um curso intensivo como este. Por isso, além de reproduzir o curso “Ética em Movimento”, o CRESS-RJ decidiu criar uma versão mais acessível à categoria, que desse conta dos elementos fundamentais de nossa formação ético política.

A orientação precede a fiscalização

A função fundamental dos conselhos profissionais é a defesa da população em relação ao eventual exercício profissional desqualificado de cada categoria. Para isso, dispõem de mecanismos legais de fiscalização e regulamentação da profissão. Mas não basta definir as regras e punir quem não as cumpre. Como afirma a Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS/CRESS, os CRESS devem articular a ação normativa e disciplinadora com uma ação político-pedagógica de afirmação de princípios e compromissos conquistados.

Ou seja, tão importante quanto fiscalizar é orientar a atuação profissional. Isto ocorre através da ação orientadora dos agentes fiscais e da promoção de atividades e cursos que contribuam para o aprimoramento

da formação ético-política de assistentes sociais. Este curso também faz parte da Política Nacional de Educação Permanente, aprovada pelo conjunto CFESS/CRESS, em 2010.

Participantes avaliam o primeiro curso

O primeiro curso “Ética e exercício profissional” aconteceu nos dias 28 e 29 de setembro, no auditório do CRESS. O foco foi a atuação na área da política de previdência social. Participaram 26 assistentes sociais. Metade das pessoas presentes era de profissionais do INSS, mas assistentes sociais de outros institutos de Previdência também estiveram presentes.

“O momento que o INSS está vivendo é muito propício para discutirmos o exercício profissional, pelas próprias demandas apresentadas ao Serviço Social”, comentou Rose Celestino, da gerência do INSS de Volta Redonda, que participou do curso.

Para Vera Sodré, da gerência do INSS Centro e da Comissão de Previdência do CRESS-RJ, “Este curso nos deu a oportunidade de nos fortalecermos mais. Principalmente quando a instituição tenta nos atribuir atividades que não são de nossa competência, como a habilitação administrativa de benefícios assistenciais e a atuação na Reabilitação Profissional de forma genérica e não dentro de nossas especificidades.”

Os desafios são diários, mas as participantes acreditam que reflexões como essas auxiliam a enfrentá-los de forma ética, como categoria. “A concepção apresentada sobre

o tema direitos humanos nos fez refletir muito sobre as nossas atividades, em relação a nós mesmas e aos direitos dos usuários”, disse Rose.

Módulos mensais até o final da gestão

Até o final da gestão 2011/2014 - “Trabalho e direitos: a luta não para” - será realizada uma edição por mês. Na capital, dado o grande número de profissionais, cada curso será direcionado a uma área específica. Também ocorrerão em diferentes regiões da cidade. Nos dias 26 e 27 de outubro, o curso, realizado na UNISUAM de Bonsucesso, foi voltado para a atuação na área da educação. A prioridade de inscrição é sempre para profissionais que atuam na área em debate, articulando orientação profissional e formação permanente de assistentes sociais. Caso as vagas não sejam preenchidas, poderão se inscrever profissionais de outras áreas de atuação. Se, ainda assim restarem vagas, serão abertas a estudantes. A estrutura dos módulos será semelhante, variando as áreas de atuação no caso da capital. A última aula sempre será ministrada por um agente fiscal do CRESS.

No interior, os cursos serão realizados em cada Seccional (Campos e Volta Redonda) e em cada região dos recém criados núcleos do CRESS, dando um caráter estadual ao curso.

Acompanhe as edições do curso pelo site do CRESS (www.cressrj.org.br). As inscrições são realizadas pelo próprio site.

Programa do Curso Ética e Exercício Profissional

Carga horária: 16 horas

Aula 1: Ética e sociedade

- Constituição do homem como ser social (trabalho, cultura, praxis)
- Ética e moral (definições, distinções)
- Diversas dimensões da ética
- A ética profissional

Aula 2: Direitos humanos e Serviço Social

- Elementos conceituais e históricos sobre direitos humanos
- Direitos humanos: totalidade, universalidade e particularidades
- Direitos humanos e exercício profissional

Aula 3: Ética e exercício profissional I

- Projeto ético político profissional (elementos conceituais e históricos – internos e externos à profissão)
- Os códigos de ética profissional de 1947 a 1986 – conteúdo e contextualização histórica
- O código de ética profissional de 1993 – conteúdo e contextualização histórica

Aula 4: Ética e exercício profissional 2 (nas edições da capital, focada numa área de atuação)

- Ética, cotidiano e praxis profissional
- Desafios ético-profissionais



TRABALHO E DIREITOS A LUTA NÃO PARA!

Outras ações do CRESS-RJ

🌸 **Seminário Nacional Serviço Social e Direitos Humanos:**

Vários conselheiros participaram do evento organizado pelo CFESS, que ocorreu em Palmas/TO, de 4 a 6/9. As diferentes concepções de Direitos Humanos e o papel do assistente social na luta pela sua garantia estiveram em debate.

🌸 **Seminário de Lançamento da Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos:**

O CRESS-RJ participou da organização e da realização do evento, dia 18/10, na UERJ.

🌸 **Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público:**

O evento foi realizado no Rio de Janeiro, e contou com a presença do CRESS na mesa de abertura, dia 19/9. Na ocasião, o Conselho anunciou o protocolo de documento solicitando audiência com a administração do MPRJ, para discutir a abertura de concurso público para assistentes sociais na instituição, em contraposição às contratações via cargo em comissão.

🌸 **Ciclo de debates sobre Serviço Social e Assistência Social:**

A Comissão de Assistência do CRESS-RJ realizou dois debates com a categoria, dias 15/9 e 20/10, sobre "Abordagem social, abrigos e outros serviços sócio assistenciais", e "Trabalho com famílias, fortalecimentos dos vínculos, autonomia e garantia de direitos", respectivamente.

🌸 **O Serviço Social nas prisões:**

Dia 18/10, o CRESS-RJ realizou, na sede do SINDJustiça, evento devolutivo da COFI da pesquisa realizada sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais no sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro, construindo estratégias para enfrentar a precarização do exercício profissional na instituição. À tarde, houve a mesa "A produção social do crime e do criminoso: significado das prisões e desafios ético-políticos ao exercício profissional do assistente social". Membros da Comissão Sociojurídica do CRESS estiveram presentes.

🌸 **Conselho Estadual de Assistência Social:**

O assistente social Marcelo Jaccoud da Costa assumiu a representação do CRESS no CEAS, em posse realizada dia 30/10.

🌸 **Ciclo de debates sobre Serviço Social e Direito à Cidade:**

A Comissão de Direito à Cidade do CRESS-RJ realizou dois debates com a categoria, dias 19/9 e 23/10, sobre "O trabalho do assistente social na política de habitação: tensões e convergências entre as normativas do MCidades e o projeto ético-político do Serviço Social" e "A moradia digna como direito humano e a intensificação das práticas de remoção, despejo e interdição por 'situação de risco': desafios ao Serviço Social em 'tempos de exceção'", respectivamente.

🌸 **Assembleia do CEDCA sobre depoimento judicial de crianças e adolescentes:**

O CRESS/RJ participou da atividade do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente dia 24/10, apresentando as posições e propostas

do Serviço Social diante do anúncio da instalação das salas no estado do Rio de Janeiro.

🌸 **Oficina sobre Ética e Serviço Social no INSS:**

Após a realização do curso "Ética e exercício profissional na política de previdência", o agente fiscal Elias Azevedo ministrou oficina sobre o tema na Gerência Regional do INSS, no dia 18/10.

🌸 **Concurso público para Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiro:**

O CRESS-RJ notificou os organizadores do concurso, em função da irregularidade referente à carga horária. Apesar de não ser atribuição do Conselho, também foi apresentada à organização do concurso a Lei Estadual 6163/2012, que prevê piso salarial para profissionais de nível superior no estado.

🌸 **Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT:**

O assistente social Marco José foi assumiu a representação do CRESS-RJ no referido conselho, dia 18/10.

🌸 **Aula na Escola de Serviço Social da UNIRIO:**

O CRESS-RJ ministrou aula sobre o que é o Conselho para alunos de Serviço Social desta Universidade, dia 28/9.

🌸 **Fórum Estadual Álcool e Outras Drogas:**

O CRESS-RJ participou da atividade realizada no dia 4/10, apresentando a experiência da equipe do CAIS Aterrado, do município de Volta Redonda.

🌸 **Semana acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Veiga de Almeida:**

O CRESS-RJ compôs duas mesas do evento, discutindo a importância da pesquisa para o exercício profissional dos assistentes sociais e os desafios para o estágio em Serviço Social.

🌸 **Reunião com a Presidência do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro:**

CRESS-RJ, CRP-RJ e Comissão de Direitos Humanos da ALERJ entregaram à Presidência do Tribunal de Justiça o relatório de visitas aos abrigos especializados da Prefeitura do Rio de Janeiro, em audiência, dia 31/10. Solicitou-se esclarecimentos sobre o andamento da Ação Civil Pública impetrada pela Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, até aquela data sem resposta por parte da Vara da Infância, Juventude e do Idoso da capital. Na ocasião, o CRESS-RJ entregou ofício ao Presidente do TJ requerendo a convocação dos assistentes sociais aprovados no último concurso público.

🌸 **Residência e Serviço Social:**

O CRESS-RJ, em parceria com a ABEPSS-Leste, realizou, dia 11/9, o Encontro Regional de Residência em Serviço Social, na UNIRIO. A defesa da saúde pública e a formação em saúde foram o subsídio para a apresentação das experiências dos Programas de Residência dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

🌸 **30 horas na Prefeitura do Rio:**

Conselheiros e assistentes sociais se reuniram com o vereador Adilson Pires,

vice-prefeito eleito na cidade do Rio de Janeiro, e com o Vereador Reimont, presidente da Comissão Especial da Câmara de Vereadores, para a implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais na Prefeitura. Na ocasião, reivindicamos, mais uma vez, a imediata implantação da lei no município, que ainda se recusa a reconhecê-la.

🌸 **SUS – Patrimônio Público:**

Evento realizado pelo Instituto Nacional de Cardiologia no dia 28/9, que contou com o CRESS-RJ como mediador da mesa principal. Em debate, a privatização da saúde através da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

🌸 **Escola sem homofobia e o exercício profissional dos assistentes sociais:**

O evento foi realizado no auditório do CRESS-RJ, dia 1/9, organizado pelas Comissões de Educação e de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual do Conselho.

🌸 **VI Seminário Seguridade Social, Justiça Social e Cidadania – Famílias, Políticas Sociais e Direitos:**

O CRESS-RJ participou da abertura do evento realizado pelo Serviço Social da Justiça Federal - Seção RJ, dia 3/10.

🌸 **Ato de desagravo público em favor da assistente social Cassiana Ferreira Simões:**

Dia 18/10, o ato de desagravo contra Maria do Carmo Malatesta foi realizado em Macaé, em razão de episódio de desrespeito ao exercício profissional ocorrido no Hospital Municipal de Macaé.

🌸 **Fórum Regional das COFIs:**

Representantes da direção dos CRESS e de agentes fiscais do Sudeste se reuniram na sede do CRESS-SP, dia 26/10, para construir o Fórum Regional das Comissões de Orientação e Fiscalização Profissional. A proposta é trocar experiências e construir fluxos comuns de trabalho entre os CRESS da região.

🌸 **Erro e Condições de Trabalho:**

Esse foi o tema do evento realizado no dia 20/9, em Brasília, organizado pelo Fórum dos Conselhos Federais de Saúde, incluindo o CFESS. A agente fiscal do CRESS-RJ, Nízia Vieira, esteve presente.

🌸 **Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente:**

O CRESS-RJ apresentou o debate e suas posições sobre internação compulsória em assembleia realizada dia 22/10.

🌸 **Diversidade Sexual e Serviço Social:**

A Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual do CRESS-RJ realizou o evento "Atendimento à população LGBT e exercício profissional: roda de conversa sobre assistência e saúde", no auditório do CRESS-RJ, dia 26/10.

🌸 **Levantamento para o GT Nacional Serviço Social no campo sociojurídico:**

Atendendo à solicitação do GT coordenado pelo CFESS, o CRESS-RJ iniciou levantamento sobre a inserção de assistentes sociais em instituições da área de segurança pública, corporações militares, programas de proteção à testemunha e justiça comunitária.

Linguagem e política

A linguagem que nos oprime

O movimento negro ensinou que a palavra “denegrir” (tornar negro), usada no sentido pejorativo, é uma das tantas manifestações racistas de nossa linguagem. Ela reproduz e reforça o racismo. O movimento negro também lutou e luta para que a palavra “negro” perca o sentido negativo que a cultura racista lhe atribuiu.

“Negro é lindo”, no Brasil, como “*black is beautiful*”, nos Estados Unidos, foram palavras de ordem importantes de afirmação da negritude. Para ganhar força, além da linguagem verbal, o conceito se expressou na estética, na música, no cinema etc. Mas falta muito para nos orgulharmos de uma cultura e de uma língua não-racistas.

O movimento feminista nos trouxe a questão de gênero na linguagem. Nossa linguagem machista usa “homem” para se referir a homens e mulheres. Usa o masculino para resumir os dois gêneros. São muitas as expressões sexistas, algumas já denunciadas, outras ainda escondidas pelo hábito que naturaliza a opressão.

A linguagem é uma construção social e histórica da humanidade. Ela reproduz os valores de uma sociedade. Nas palavras de Karl Marx (livro: *A Ideologia Alemã*): “Desde o início pesa sobre o ‘espírito’ a maldição de estar ‘contaminado’ pela matéria, que se apresenta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, de linguagem.” Não basta querermos pensar diferente. Nosso pensamento não está livre dos condicionamentos culturais da sociedade. Nem nossa linguagem. “A linguagem é a consciência real, prática”, segundo Marx.

Se queremos mudar valores, precisamos estar atentos à linguagem. Ou seria atentas?

Mas mudar valores vai além da linguagem. Os valores que condicionam nossa consciência não foram implantados na linguagem por processo cirúrgico. “Denegrir” não virou uma palavra pejorativa por decreto dos escravistas. São lutas muito mais amplas que deixam suas marcas na linguagem, seguindo caminhos, em geral, pouco lógicos. Há muitas “cicatrices deixadas na linguagem pelas lutas de classe”, nas palavras de Leandro Konder (livro: *O Marxismo na Batalha das Ideias*).

Lutas e linguagem

SERVIÇO DE PRETO

DENEGRIR

É preciso disputar o território linguístico. O movimento operário criou um dia internacional de luta dos trabalhadores, o “Dia dos Trabalhadores”. As elites insistem em “comemorar” o “Dia do Trabalho”, esvaziado de seu conteúdo de classe. O movimento sindical luta para mostrar que “flexibilização” das leis trabalhistas é, na verdade, “redução de direitos”.

Quem trabalha com população em situação de rua sabe como é difícil a briga para tirar delas o rótulo de mendigos. Ou ensinar à população e à mídia a chamar as crianças pobres, como faz com as ricas, de crianças, em vez de enquadrá-las nos assuntos de polícia com a palavra “menores”.

Como mudar valores?

Se sonhamos e trabalhamos para construir uma sociedade sem preconceitos, é preciso abandonar a ilusão de que ser contra preconceitos significa não tê-los, ou não reproduzi-los.

Outra ilusão é acreditar que mudar alguns elementos evidentemente preconceituosos da linguagem significa livrá-la do preconceito. Temos pouca consciência desta contaminação. Portanto, é saudável estarmos dispostos a cuidar, não só do preconceito que vemos no outro, mas, antes de tudo, do nosso próprio preconceito. Mesmo quando somos as principais vítimas dele.

Conscientes de nossos preconceitos, cabe perguntarmos sobre até que ponto a linguagem nos serve, onde e como precisa mudar. Sem nos esquecermos de que ela está no mundo e precisa permanecer nele para ser eficaz. Quer dizer, regras que não conseguem adquirir vida na fala humana são regras mortas, incapazes de influir no mundo dos vivos.

A linguagem de gênero

No Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS deste ano, ficou decidido que o Conjunto utilizará a linguagem de gênero. A meta é que em nossos materiais busquemos não reproduzir o machismo dominante em nossa sociedade.

Evitar o uso da palavra “homem” para designar homens e mulheres, evitar a utilização do masculino para generalizar os dois gêneros, são alguns dos cuidados que nossos textos já vinham tomando e que precisam ser aprofundados.

Trata-se de um longo processo de ensino e aprendizagem. Por exemplo, será que se passarmos a escrever, no lugar de “os assistentes sociais”, “os/as assistentes sociais”, contribuimos para eliminar o sexismo de nossa linguagem e, principalmente, de nossos hábitos e relações? É possível imaginar que esta r e g r aserá incorporada à linguagem coloquial? Se não for, qual o poder que o texto escrito tem de tornar-se a “consciência real, prática”, de modo a interferir nas relações vividas pelos humanos?

No ano que vem, o CFESS realizará, antes do Encontro Nacional do Conjunto, o III Seminário Nacional de Comunicação, com o tema “Redes sociais, linguagem e política”. Será um momento importante para amadurecermos o debate.

Luta contra o sexismo continua

O linguista francês Roland Barthes afirma que a língua é fascista “pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (livro: *Aula*). Barthes explica como o francês, por não possuir o gênero neutro, obriga o falante a dividir o mundo entre masculino e feminino, sem alternativas. O mesmo vale para o português. Um substantivo exige “o”, ou “a”, para ser expresso.

Há, hoje, um grupo, ainda pouco visível, que se apresenta como “intersexo”. São pessoas que nascem com características masculinas e femininas desenvolvidas. Como elas devem ser chamadas? Nossa língua não reconhece a possibilidade de existência desses seres.

Se intersexuais quiserem ganhar visibilidade, terão que provocar uma revolução profunda na língua.

D2012

COISA DE PARAÍBA

VESTIDA COMO VADIA

JUDIAR

PROGRAMA DE ÍNDIO

MENOR

BOIOLA

HOMEM NÃO CHORA

NEGRO DE ALMA BRANCA

“PRECONCEITO, EU?”